

O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE PEDAGOGIA: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Risonete Rodrigues da Silva¹Autor (1); Tânia Maria Goretti Donato Bazante²

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. E-mail
caa@ufpe.br*

Resumo:

Historicamente, os cursos de Pedagogia e de licenciatura preparavam os professores para atuarem numa perspectiva homogeneizadora, não observando a diversidade e a especificidade dos estudantes. Assim, este artigo tem como objetivo compreender as propostas pedagógicas no curso de Pedagogia para a efetivação da educação inclusiva. Elencamos como objetivos específicos: verificar se o curso de pedagogia contempla as expectativas da Educação Inclusiva; analisar se o ensino da disciplina Língua Brasileira de Sinais - Libras - que é ofertada no curso de pedagogia, capacita o futuro pedagogo/a para lecionar a pessoas surdas; identificar a proposta da disciplina Educação Especial no Curso de Pedagogia. Em nosso percurso metodológico, optamos pela pesquisa qualitativa, nosso campo de pesquisa foi o Curso de Pedagogia – Licenciatura ofertada no Centro Acadêmico do Agreste na Universidade Federal de Pernambuco, para a coleta de dados foram utilizados o questionário e análise do Projeto Pedagógico do Curso. Diante dos dados coletados, conclui-se que a oferta das disciplinas Língua Brasileira de Sinais, Educação e Inclusão Social e Educação Especial não são suficientes para garantir que os docentes em formação saiam aptos para lecionar em salas de aula inclusivas, devido a diversidade e especificidade de cada aluno.

Palavras-chave: Libras, Educação inclusiva, Formação docente.

Introdução

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, as leis e as políticas públicas vêm proporcionando maior visibilidade a um público que, historicamente, sofreu discriminações, preconceitos e estigmas. Todavia, apesar das lutas e conquistas, as pessoas com deficiências ainda buscam uma real inclusão social, na qual não precisem se adaptar a uma sociedade

¹ Mestranda no PPGECM – Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Integrante do Grupo de Pesquisa – CNPq – UFPE – Educação, Inclusão Social e Direitos Humanos. Integrante do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (LAPPUC/CNPq). E-mail: risoneteprof@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Formação inicial em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPE. É professora Adjunta UFPE no Centro Acadêmico do Agreste/Núcleo de Formação Docente (CAA/NFD) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/CAA/NFD). Integrante do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (LAPPUC/CNPq), coordenando a Linha de Educação Inclusiva, Direitos Humanos e relações étnico-raciais.

preconceituosa e excludente. Nessa perspectiva, incluir vai muito além de inserir pessoas surdas, cadeirantes, cegas, etc. nas instituições de educação regular.

Para Sasaki (1997, p. 41), “incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas”. Com o aumento do número de alunos com deficiência matriculados nas escolas de ensino regular, cresceu a oferta e procura de cursos de pós-graduação - lato senso - na área de Educação Inclusiva, pois, ainda hoje, é expressivo o número de professores sem formação específica para receber esses estudantes. Assim, a educação inclusiva tem despertado o interesse de muitos professores em buscar uma especialização para que possam desempenhar a docência de forma que seja efetivada a inclusão. Desse modo, o conceito de inclusão está respaldado na superação de barreiras excludentes, existentes nas instituições escolares, assim como em toda a sociedade.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola (MITLER, 2003, p. 25).

Nesse viés, não é raro ouvir gestores alegarem que “sua” escola é inclusiva, pois nela há banheiro acessível e rampas para os cadeirantes. Alves (2006, p.103) pontua que “a Educação Inclusiva não pode ser encarada como apenas a que trata da questão dos deficientes ou grupos vulneráveis, mas abrange todos os educandos, respeitando as diferenças”. Não obstante, este trabalho intitulado “O Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras - e da Educação Especial no curso de Pedagogia: reflexões acerca da Educação Inclusiva³” faz uma reflexão quanto ao ensino de Libras e da disciplina Educação Especial no Curso de Licenciatura em Pedagogia, pois, a presença de estudantes surdos nas escolas de ensino regular é uma realidade.

A lei 10.436/2002 é um marco histórico para o avanço da educação de pessoas surdas no Brasil. A mesma define a Língua Brasileira de sinais - Libras - como a primeira língua da comunidade surda, enquanto a Língua Portuguesa é reconhecida como a segunda língua dos surdos. Porém, foi através do decreto 5.626/2005 que ficou estabelecido que a Libras deve ser inserida como disciplina nas licenciaturas, no curso de fonoaudiologia e no curso de Pedagogia.

³ Artigo referente a conclusão do curso de pós-graduação Lato Senso em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva. Faculdade de Educação São Luís – Jaboticabal – SP, 2018.

Segundo Mantoan (2013, p.01), “o desafio da inclusão na escola nos coloca em crise, pois é novo e implica em um reposicionamento de nossas ideias, de nosso comportamento diante da deficiência e da diferença”. Se tratando de pessoas surdas, é necessário que o professor conheça a Libras ou que tenha na sala de aula um intérprete de Libras.

Nessa perspectiva, a partir da proposta da educação inclusiva, surgiram as seguintes indagações: o curso de Pedagogia está preparando o futuro docente para a realidade de uma escola inclusiva? A disciplina de Libras ofertada no curso de pedagogia é suficiente para formar professores aptos para trabalhar com pessoas surdas?

Nesse viés, este trabalho teve como objetivo geral compreender as propostas pedagógicas no curso de Pedagogia para a efetivação da educação inclusiva. Como específicos, buscou-se: verificar se o curso de pedagogia contempla as expectativas da Educação Inclusiva; analisar se o ensino da disciplina da Língua Brasileira de Sinais – Libras - ofertada no curso de pedagogia, capacita o futuro pedagogo/a para lecionar a pessoas surdas; identificar a proposta da disciplina Educação Especial no Curso de Pedagogia.

Com o intuito de contemplar nossos objetivos, trazemos um tópico acerca da Libras, destacando a importância da primeira escola para pessoas surdas, como também os parâmetros e leis que oficializaram a Libras como a segunda língua do Brasil.

Breve histórico acerca da Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Ao pesquisar sobre a história da educação de surdos no Brasil e no mundo, pode-se observar as “atrocidades do oralismo³ no manejo de estratégias oficiais para impedir o uso da língua de sinais”, como assinalam Mori e Sander (2015, p.14). Contudo, apesar do preconceito e discriminação, a língua do povo surdo não desapareceu, como também sua identidade e cultura não se perderam na história.

A Libras teve grande influência da língua de sinais francesa devido ao surdo francês Ernest Huet que, em 1856, veio ao Brasil a convite de Dom Pedro II. Na ocasião, fundou a primeira escola para surdos no Brasil, a qual recebeu o nome de Collégio Nacional para Surdos-Mudos. Mais tarde, chamada de Instituto Imperial para Surdos-Mudos e, atualmente, Instituto Nacional de Educação para surdos (INES).

Outra importante ação para a divulgação da língua de sinais no Brasil, foi a publicação do livro *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (primeiro dicionário da língua de sinais no Brasil), no ano de 1875, por um ex-aluno do Instituto, Flausino José da Gama. A gráfica do Instituto Imperial, por muitos anos, foi uma referência no Rio de Janeiro, com grandes encomendas de encadernação de quase todas as instituições públicas e particulares.

Segundo Veloso & Maia (2012, p.13), apesar da Libras ter sofrido influência da língua de sinais francesa, “as línguas de sinais não são universais; cada país possui sua própria língua de sinais que sofre as influências da cultura nacional”. Portanto, a Libras possui expressões que diferem de região para região, isto é, o regionalismo que vem a ratificar a Libras como língua.

Não obstante os avanços e conquistas da comunidade surda, ainda há o mito de que a Libras são gestos ou mímica, quando se trata, de fato, do segundo idioma do Brasil. Nesse viés, a Lei nº 10.436, art. 1º parágrafo único estabelece que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Reconhecida pela linguística, a Libras possui uma estrutura gramatical própria, como as demais línguas orais. A gramática, semântica, pragmática, sintaxe, etc., são elementos pertinentes a Libras. Porém, a língua de sinais tem como canal de comunicação a visão, “preenchendo os requisitos científicos para ser reconhecida como instrumento lingüístico de força e poder” (MAIA; VELOSO, 2012, p.12).

Oficializada como a primeira língua da comunidade surda, a Libras passa a ser disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas e no curso de fonoaudiologia. De acordo com o Decreto 5.626/05, Art. 3º:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Assim, o ensino da Libras nos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas e no curso de fonoaudiologia, proporcionou maior visibilidade a essa língua ainda desconhecida por muitos profissionais, quer seja da educação ou não. O Decreto 5.626/05 também veio garantir a presença do intérprete de Libras nas salas de aula, contribuindo, assim, com a efetivação da inclusão de pessoas surdas nas instituições de ensino regular.

Formação docente para uma educação inclusiva

No Estado de Pernambuco, é comum os docentes em formação, atuarem em sala de aula a partir do terceiro período dos cursos de licenciaturas e de Pedagogia. Devido a esta realidade,

a qualidade do ensino/aprendizagem é preocupante, o que a torna objeto de estudo de diversos seguimentos.

Historicamente, os cursos de Pedagogia e de licenciatura preparavam os professores para atuarem numa perspectiva homogeneizadora; isso significa que todos os alunos deveriam aprender os mesmos conteúdos, num mesmo tempo, num mesmo espaço e num mesmo ritmo (POKER; MARTINS; GIROTO, 2016, p. 08).

Hoje, sabemos que não existem salas homogêneas, pois, cada aluno é único em suas especificidades e seu tempo de aprendizagem. Assim, a formação docente vai muito além do que está iniciando uma licenciatura. Nóvoa (1995) destaca que,

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo “formar e formar-se”, não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dimensões próprias da formação. Mas também não tem valorizado uma articulação entre a formação e os projetos das escolas (NÓVOA, 1995, p. 24)

Nessa perspectiva, sustenta-se o mito de que a docência é um dom, sendo assim, a pessoa nasce professor ou se torna professor no momento que entra na sala de aula e conhece bem sua disciplina. Segundo Tardif (2002, p. 39), o docente é “alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia de desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos”. Esse processo não se dá nos primeiros semestres do curso, mas é um desenvolvimento contínuo somado ao conhecimento acumulado ao longo da vida.

Diante dessa realidade, Imbernon (2011) destaca alguns requisitos necessários para o profissional da docência:

Os docentes precisam desenvolver capacidades de aprendizagem da relação, da convivência, da cultura do contexto e de interação de cada pessoa com o resto do grupo, com seus semelhantes e com a comunidade que envolve a educação (IMBERNON, 2011, p.19).

Nessa perspectiva da aprendizagem da relação com a diversidade de culturas dos estudantes, e com a realidade da educação inclusiva, o docente deverá estar aberto a novos conhecimentos e a práticas inclusivas durante o processo de formação para atender a realidade e necessidades específicas dos estudantes. Nesse sentido, é importante que se faça um trabalho consciente que venha superar as barreiras existentes, como a discriminação, o preconceito ou rotulação da pessoa com deficiência.

O artigo 5º, caput, da Constituição Federal (1988) dispõe que "todos são iguais perante a lei e a educação é uma garantia que deve ser dada a todos(as). Nesta mesma direção, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz, em seu art. 4º §1º que:

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologia assistiva (BRASIL, 2015, p. 12).

Portanto, para que a educação inclusiva seja efetivada e tenha um real significado, as instituições educacionais precisam que, além de adaptações na estrutura física, como banheiros acessíveis ou rampas, haja a construção de valores inclusivos que favoreçam a compreensão e o respeito às diferenças, planejando ações que proporcionem a participação efetiva de todos.

Metodologia

Com o intuito de contemplar nosso objetivo geral, a saber: compreender as propostas pedagógicas no curso de Pedagogia para a efetivação da educação inclusiva, bem como, também os específicos, optamos pela pesquisa em seu viés qualitativo. Segundo Minayo (2013, p. 21), a abordagem qualitativa nos possibilita uma aproximação mais concreta com o campo de pesquisa, facilitando a compreensão do nosso objeto de estudo, respondendo a questões muito particulares.

[...] ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2013, p. 21).

O campo de pesquisa foi o Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE/CAA - localizado na cidade de Caruaru – PE. Escolhemos esse campo para pesquisa por ser uma das principais instituições federais de ensino superior da região Nordeste, estando entre as dez melhores instituições públicas do país.

Para a coleta de dados foram utilizados como instrumentos a análise documental e o questionário. Segundo Severino (2007, p. 125), o questionário é um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. Para responder aos objetivos específicos, foi elaborado um questionário, composto

por nove (09) perguntas, e entregue a 30 estudantes do Curso de Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste na Universidade Federal de Pernambuco. O critério utilizado para responder ao questionário foi o de inclusão, no qual os participantes deveriam ter cursado as disciplinas de Libras, Educação Especial ou Educação e Inclusão Social e estar atuando como professor. Os participantes da pesquisa são estudantes do 7º, 8º e 9º períodos de Pedagogia.

Resultados

Para responder ao nosso objetivo geral, o qual buscou compreender as propostas pedagógicas no curso de Pedagogia para a efetivação da educação inclusiva, analisamos o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA. Neste documento, estão explicitados os princípios e valores que devem permear a formação do pedagogo:

O Curso de Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste tem por objetivo formar profissionais aptos a atuar como pedagogos e gestores educacionais cujas competências se estendem além das funções de sala de aula. O estudante de Pedagogia da UFPE é orientado a desenvolver uma visão crítica em relação ao seu contexto de atuação tendo em mente que todas as interações presentes no ambiente têm seu valor enquanto instrumentos de ensino-aprendizagem (PPC, 2010, p. 14).

Quanto a estrutura curricular do curso de Pedagogia da UFPE/CAA, a Língua Brasileira de Sinais - Libras -, é uma disciplina obrigatória, com carga letiva de 60h aulas, tendo como proposta:

EDUC0058 – LIBRAS EMENTA: Introduzir o aluno ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conteúdos básicos de LIBRAS: expressão corporal e facial. O alfabeto manual. Soletração de nomes. Sinais de nomes próprios. Os surdos como uma minoria linguística. A educação de surdos no Brasil. Políticas Curriculares para a Educação de Surdos: as adaptações curriculares nacionais. Experiências Educacionais Bilíngues no Brasil e no mundo (PPC, 2010, p. 61).

A disciplina Educação Especial, também obrigatória, com carga letiva de 60h traz como proposta:

EDUC0060 – EDUCAÇÃO ESPECIAL EMENTA: Aspectos filosóficos, legais, institucionais e sociais da Educação especial. Princípios e métodos de atendimento das pessoas com necessidades educativas especiais. Características biopsico-sociais dos/as educandos/as com necessidades educativas especiais. A prática pedagógica nas Instituições de ensino especial e no sistema regular de ensino (PPC, 2010, p. 57).

Como disciplina eletiva temos a disciplina Educação e Inclusão Social, com 45h aulas.

A mesma apresenta em sua proposta:

EDUC0034 – EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL - EMENTA: conhecer e analisar as Propostas de Inclusão para o Sistema Educacional brasileiro e suas implicações nas práticas educativas; Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) acerca da educação especial frente à política de Inclusão: concepções, fundamentos, história, leis, formação de profissionais; Análise e construção das representações sociais favoráveis à diversidade, enfoque na valorização de potencialidades e respeito ao ser humano (PPC, 2010, p. 88).

Destacamos essas 3 (três) disciplinas, acima citadas, por abordarem a inclusão de pessoas com deficiência. Porém, todas as disciplinas exigidas pelo MEC – Ministério de Educação e Cultura, como Educação de Jovens e Adultos; Movimentos Sociais de Afirmção Cultural; Gênero e Educação, entre outras disciplinas, constituem a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste.

Assim, o referente curso é composto por 9 semestres, no qual o estudante concluirá o curso quando cumprir a carga horária de 3.220h (três mil duzentas e vinte horas). Esta carga horária requer também a participação em Seminários, Congressos, palestras e mesas redondas.

Identificamos, através do questionário respondido por 30 estudantes de Pedagogia do CAA/UFPE, que: apenas cinco (05) estudantes já atuaram como professor, onze (11) estudantes de pedagogia nunca atuaram como professor e quatorze (14) estudantes do curso de pedagogia estão atuando como professor. Com base nesses resultados, destacamos as respostas dos 14 futuros pedagogos que já atuam como professores. Dentre os quatorze (14) estudantes de pedagogia que já atuam como professor, doze (12) não se sentem aptos para exercer a docência com pessoas surdas ou com deficiência. Diante desse resultado, direcionamos a seguinte questão aos sete (07) estudantes de Pedagogia que estão no 9º período.

Quadro 1 – Questionário explicativo

Pergunta: Por que você não se sente apto para exercer a docência com pessoas com deficiência ou surdas?

Resposta prof. 1 O conhecimento obtido não foi o suficiente para me deixar apta a trabalhar com essas crianças. Apesar da disciplina Educ. Especial ter esclarecido muitos aspectos importantes para me tornar um profissional melhor, dando sempre subsídios para aprimorar minha prática.

Resposta prof. 2 Apesar de ter cursado essas disciplinas e ter feito um curso de Libras, eu não me acho totalmente apto para isso. Elas (disciplinas) nos fazem conhecer diversas



necessidades educacionais específicas e também nos dá uma margem de como trabalhar, da importância do incluir e nos provoca a buscar mais a respeito dessa temática.

Resposta prof. 3 Foi uma base do que podemos encontrar enquanto professoras e professores, porém, cabe a nós o interesse em buscar mais fontes. O que cumprimos com a disciplina foi mais para dar conta da proposta curricular do curso.

Resposta prof. 4 Apesar de ele ter me ensinado muita coisa, não me ensinou a lidar com alunos com alguma necessidade especial. Eu me sinto totalmente despreparada. Porque as aulas foram muito vagas e também a gente viu pouca coisa e de maneira superficial e é um campo muito grande que a gente tem que estudar mais para que possa se sentir capacitado e dizer assim: “eu posso atuar nele”.

Resposta prof. 5 Na verdade, não preparou, pois, vimos a disciplina de educação inclusiva apenas em um período e não é o suficiente. Porque a questão da inclusão é bastante ampla.

Resposta prof. 6 Só temos calorosas discussões teóricas nos componentes específicos para os mesmos, a saber: Educação Especial e Libras, entretanto, a didática não conseguimos perceber-na nas metodologias, não porque queríamos um receituário de formas/estratégias de ensino, mas que tivéssemos a oportunidade de nos aproximarmos de experiências na regência com esses estudantes surdos e com necessidades especiais. Enfim, não me sinto didaticamente pronta para lecionar para as crianças surdas e com necessidades especiais, no entanto, as discussões pedagógicas nos proporcionam uma reflexão crítica e um sentimento otimista perante a construção de uma prática de ensino que não negligencie as peculiaridades deste alunado.

Resposta prof. 7 As disciplinas cursadas foram excelentes, vimos muito da parte teórica em educação especial e em Inclusão Social. Senti falta do contato com as crianças surdas, cadeirantes e autistas. A prática que tivemos com o professor surdo foi perfeita, mas mesmo assim, sinto que não estou totalmente preparada, acredito que seja medo do novo.

Fonte: questionário para coleta de dados dos estudantes do 9º período do curso de Pedagogia da UFPE/CAA

De acordo com as respostas no quadro acima, podemos observar que o ensino da disciplina da Língua Brasileira de Sinais - Libras - apesar de ser uma disciplina muito elogiada e com aulas de excelente qualidade, ainda necessita de uma carga horária maior e sendo primordial que haja um estágio em sala de aula com alunos surdos. Imbernon (2011, p. 104) destaca que “a qualidade não está unicamente no conteúdo, e sim na interatividade do processo, na dinâmica do grupo, no uso das atividades, no estilo do formador ou professor/a, no material utilizado”. Não obstante, cabe destacar que o professor que leciona a Libras no curso de Pedagogia do CAA é surdo e doutorando em Linguística e que suas aulas são teóricas e práticas.

Quanto ao ensino de Educação Especial são aulas teóricas, com apresentações de filmes, documentários e seminários. Tendo uma (01) aula com a participação de mães de filhos com deficiência e uma (01) aula com a participação de estudantes com deficiência. Apesar disso, os participantes alegaram que não se sentem preparados.

A disciplina Educação e Inclusão Social, além de abordar a temática da pessoa com deficiência, discute também a questão dos idosos, moradores de rua, a homossexualidade, questões de gênero, entre outros. As aulas têm participação de convidados, seminários, documentários e palestras. Esta disciplina contempla a educação inclusiva de maneira macro, possibilitando ao professor(a) em formação perpassar por várias temáticas.

Portanto, de acordo com as respostas do questionário acima, para formar um pedagogo(a) apto para lecionar a crianças com deficiência, não basta estudar disciplinas como Libras, Educação Especial e Educação e Inclusão Social. Pois, o ser humano é único e está em constante desenvolvimento.

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (BEYER, 2006, p. 76).

Assim, as aulas teóricas e práticas não suprem as dimensões e complexidade dos desafios a serem enfrentados pelos professores, pois cada estudante é único e com especificidades e tempo de aprendizagem diferentes. Assim, não existe uma fórmula pronta que possa garantir o sucesso ou o não sucesso da educação inclusiva.

Conclusão

Esta pesquisa revelou que o curso de Pedagogia - Licenciatura - ofertado pelo Centro Acadêmico do Agreste na Universidade Federal de Pernambuco, tem despertado nos estudantes o desejo de compreender as relações entre a educação e os valores culturais, éticos, políticos e religiosos de nossa sociedade. Contempla, pois, as expectativas da Educação Inclusiva, que é proporcionar às pessoas com deficiências, condições de autonomia e superação das barreiras impostas pela sociedade. Tais deficiências limitam ou até mesmo impedem que as pessoas, com ou sem deficiência, possam exercer seus direitos à participação social, como a efetivação do direito à dignidade, ao respeito e a liberdade de ir e vir.

Quanto ao nosso objetivo geral, que consistia em compreender as propostas pedagógicas no curso de Pedagogia para a efetivação da educação inclusiva, consideramos que o mesmo foi contemplado, pois, através do Programa Pedagógico do curso, foi possível analisar a grade curricular, a carga horária e os objetivos do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Acadêmico do Agreste. Assim, destacamos que a relação entre teoria e prática são os princípios norteadores do currículo e do desenvolvimento metodológico da formação docente.

Neste viés, os fundamentos e os aspectos metodológicos para a dinâmica de formação profissional seguem as orientações gerais das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

Também os objetivos específicos foram contemplados, pois, verificamos que o curso de pedagogia atende as expectativas da Educação Inclusiva. Desse modo, constatou-se que há uma atualização constante do Projeto Pedagógico do Curso, visando incluir em seus sistemas sociais gerais os estudantes com deficiência e, simultaneamente, preparando o futuro pedagogo(a) para assumir seu papel na sociedade.

Compreendemos que o ensino da disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras - que é ofertada no curso de pedagogia, não capacita o futuro pedagogo/a para lecionar a pessoas surdas, pois 60h aulas não são suficientes para que o pedagogo em formação seja fluente nesta língua. No que diz respeito à disciplina Educação Especial no Curso de Pedagogia, identificamos que a parte teórica supre a necessidade da formação, porém, os futuros pedagogos sentem a necessidade de estagiar em salas de atendimento educacional especializado, salas de AEE/salas de recursos.

Nesta perspectiva, observamos que, mesmo com avanços e conquistas, permanece a necessidade de um olhar diferenciado para a efetivação da educação inclusiva, na qual toda a comunidade escolar possa estar envolvida, pois a inclusão não é feita apenas por leis e decretos, apesar de serem fundamentais, mas com ações, empatia e respeito às diferenças.

Assim, concluímos que a educação escolar inclusiva não se limita a adicionar nos projetos pedagógicos de cursos disciplinas direcionadas especificamente a determinados grupos. Todavia, o estudante deve sentir-se acolhido, ter sentimento de pertencimento e perceber que a diversidade e a diferença não são sinônimas a barreiras e entraves, postos pela sociedade supostamente “normal e homogênea”. O que ocorre é, justamente, o contrário: tanto a diferença como a diversidade deve ser um estímulo para a formação de consciência, de cidadania, de respeito para com todos os envolvidos no processo de inclusão social.

Referências

ALVES, Cristina Nacif. **O Coordenador Pedagógico como Agente para a Inclusão**. 2006. Inclusão em Educação: cultura, políticas e práticas/Mônica Pereira dos Santos, Marcos Moreira Paulino (org.) . – São Paulo: Cortez, 2006.

BEYER, Hugo Otto. **Da integração escolar à educação inclusiva**: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 – 82.

BRASIL. **Constituição** (1988) Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5625.htm>. Acesso em 22/06/2017.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: [http://www. Planalto. Gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm). Acesso em 22/06/2017.

IMBERNON, Francisco. **Formação Docente e Profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 9 ed. São Paulo: 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Carta da Profa. Mantoan aos Senadores**. Universidade Estadual de Campinas - SP. 06/11/2013.

MINAYO, M. C. S(org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 33.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da Educação dos Surdos no Brasil**. Seminário de Pesquisa PPE - Universidade Estadual de Maringá 02 a 04/12/ 2015. Disponível.<http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf .> Acesso em 01/02/2018.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PPC – **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Centro Acadêmico do Agreste – Universidade Federal de Pernambuco. 2010. <<https://www.ufpe.br/cursos/graduacao>> acesso em jan/2018.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTIN, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** / Antonio Joaquim Severino. – 23 ed. Rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELOSO, Édén Veloso & MAIA, Valdeci Maia. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. Curitiba – PR: Mão Sinais, 2012.